



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**PLANO MUNICIPAL DE MUDANÇAS DO  
CLIMA DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO –  
PARÁ**

**Setembro de 2016  
Brasil Novo – Pará**

MARINA RAMOS SPEROTTO

**Prefeita**

GERALDO JUNIOR LORENZONI

**Vice-Prefeito**

ZELMA LUZIA DA SILVA CAMPOS

**Secretária Municipal de Meio Ambiente**

FERNANDO ROCCA

**Secretário Municipal de Agricultura**

MARCIO CLEBER CAETANO LAGARES

**Secretário Municipal de Transporte e Manutenção**

SORAIA SCHUEROFF

**Secretária Municipal de Trabalho e Promoção Social**

NOEDSON CARVALHO

**Secretária Municipal de Saúde**

OTONIEL COSTA

**Secretária Municipal de Educação**

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento estabelece o conjunto de ações do Governo do Município de Brasil Novo, Estado do Pará e Sociedade Civil Organizada, parceira do plano, para fazer frente ao aquecimento global, de maneira local, do bioma Amazônico, sob domínio do município. Na sua implantação o **Plano Municipal de Mudanças do Clima de Brasil Novo - Pará** (PMMC-BN/PA) elenca um conjunto de dezenove ações que cobrem um período de execução de cinco anos (setembro de 2016 a setembro de 2021).

A mudança global do clima é um dos mais significativos desafios da atualidade. O Plano Municipal sobre Mudança do Clima pretende incentivar o desenvolvimento das ações de Brasil Novo, colaborativas ao esforço nacional e mundial de combate ao problema e criar as condições locais para o enfrentamento de suas consequências.

O Plano se apoia fortemente no entendimento de que somente a consolidação de alternativas econômicas sustentáveis, será capaz de perenizar a queda das taxas de mudança do clima e alavancar um novo paradigma produtivo, além de trazer para a regularidade os empresários, produtores rurais e todas as atividades que de alguma maneira contribuem para o aumento da temperatura e aquecimento.

## 2. CARACTERÍSTICAS DO AQUECIMENTO

A colonização da Amazônia tem sido marcada pela degradação de seus recursos naturais, sobretudo, com o desmatamento de suas áreas de florestas. Esse estresse ambiental deve-se ao modelo de desenvolvimento imposto pelo governo, embora tenha gerado riquezas, a expansão econômica da Amazônia, que segue o mesmo padrão agroexportador implantado em outras regiões do País, também causou desequilíbrios, resultando em drásticos impactos ligados à questão fundiária, ao desmatamento e queimadas (IDESP, 2011).

São vários os fatores que tem contribuído para o aquecimento, tais como o incentivo dos desflorestamentos para receber os títulos de terra sem qualquer conhecimento da maneira adequada, a pecuária em médias e grandes propriedades, agricultura, principalmente culturas como a soja, produção madeireira, em sua maioria, ilegal.

A mudança do clima é o resultado de um processo de acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera, que está em curso desde a revolução industrial. Desde então, esse

efeito vem se agravando assustadoramente e causando efeitos negativos em todos os âmbitos da sociedade.

Apesar de apresentar uma redução considerável da taxa de desmatamento e consequente melhora do clima, o estado do Pará lidera o ranking com 45% do desmatamento da região amazônica, com 5 municípios entre os 10 mais desmatados da região (HAYASHI et. al, 2012). O desmatamento acarreta diversos problemas, como a perda de biodiversidade, as emissões de gás carbônico, de metano e de outros gases causadores de efeito estufa, aumentando assim o aquecimento e causando a diminuição de territórios de populações que tradicionalmente habitam a floresta.

Com isso, desde 2007, o município de Brasil Novo - PA, consta na “Lista dos municípios amazônicos prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal”, a qual recebe esse nome uma vez que nesses municípios serão priorizadas as medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, o ordenamento fundiário e territorial e o incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, essa lista também é simplesmente chamada de lista dos municípios desmatadores, que foi instituída pelo MMA, com o objetivo de coibir o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia. Até 2012, o município perdeu 258.876,69 hectares, correspondendo a 40,66% da área territorial do município.

Nesse contexto que ganhou fôlego um novo conceito de desenvolvimento local, os municípios verdes, nos quais progresso econômico e inclusão social aliam-se à preservação do meio ambiente, privilegiando atividades produtivas sustentáveis. Essas características estão na essência de um município verde, que se caracteriza por desenvolver atividades produtivas sustentáveis com baixa emissão de carbono e alta responsabilidade socioambiental. O município verde estimula: (i) a governança local para ampla gestão municipal do meio ambiente; (ii) o manejo florestal; (iii) a intensificação da agropecuária e do reflorestamento; (iv) o uso sustentável e a conservação das funções ecológicas das florestas e remanescentes; e (v) a recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal (Guimarães *et al.* 2011).

O município de Brasil Novo possui uma extensão territorial de 636.687,85 ha, onde 155.645,80 ha compõe 1 (uma) terra indígena, restando dessa forma 481.042,05 ha.

### **3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA DO PLANO**

As características do aquecimento, apresentadas acima, mostram que o desafio do combate a este fenômeno, deve se ater a ações que criem condições para a mudança efetiva do paradigma de desenvolvimento com diminuição do aquecimento, ou seja, de maneira sustentável. Para que a mudança ocorra é necessário que todos os atores firmem um pacto em torno do quádruplo compromisso de:

- 1) reduzir o aquecimento progressivamente, colaborando também com os esforços do Estado para a redução nacional do aquecimento na Amazônia, em consonância com o PNMC (Plano Nacional de Mudanças do Clima).
- 2) consolidar a manutenção dos remanescentes florestais do município, garantindo a proteção estrita onde é necessária e conciliando o uso racional e de menor impacto dos recursos onde é viável e desejável;
- 3) nas áreas de consolidação de atividades produtivas clássicas (agricultura, pecuária e madeira), melhorar os sistemas produtivos por intermédio do aporte de conhecimento, tecnologia, inovação, assistência técnica, financeira e fiscal, a fim de lhes tornar mais sustentáveis, econômica, social e ambiental;
- 4) Propor alternativas de desenvolvimento econômico e de inclusão social onde o uso dos recursos naturais substituam atividades historicamente inadequadas ao crescimento econômico duradouro, à inclusão social e à manutenção do equilíbrio do patrimônio natural.

Dentre as razões para se estabilizar a cobertura florestal de forma elevada, ressalta-se o fato de que florestas captam o carbono, cujo estoque na vegetação e no solo dá-se pela remoção de CO<sub>2</sub> da atmosfera por meio do processo de fotossíntese.

### **4. ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES**

Nos seus três primeiros anos o gestor do Plano deverá distribuir geograficamente suas ações levando em consideração dois critérios:

- conter o aquecimento nas áreas do município com índices críticos: a localidade prioritária para aplicação das ações ao longo dos três primeiros anos deverá ser definida no planejamento detalhado deste Plano e em comum acordo entre os gestores do Plano e seus parceiros;
- prevenção do aquecimento nas áreas do município cuja análises apontem risco de vazamento: como acima, esta definição para aplicação das ações ao longo dos três

primeiros anos deverá ser definida no planejamento detalhado deste Plano e em comum acordo entre os gestores do Plano e seus parceiros;

## **5. ESTRATÉGIAS**

É estratégico promover a integração de muitas ações já desenhadas e planejadas nos diferentes órgãos de governo e nas parcerias destes com a sociedade civil organizada. Este é o principal objetivo deste Plano Municipal de Mudanças do Clima de Brasil Novo - Pará.

Duas são as vertentes principais que se apresentam: a difícil tarefa de equacionar a questão das mudanças do uso da terra com suas implicações de grande magnitude nas emissões de gases de efeito estufa e a instigante tarefa de aumentar continuamente a eficiência no uso dos recursos naturais do Município.

Desta forma, como diretriz geral o PMMC-BN/PA busca organizar as ações dos principais programas e/ou estratégias de governo onde eles tocam na questão do aquecimento, seja de forma direta ou indireta. Entres estes programas está o projeto do **Fórum Municipal de Mudanças Climáticas de Brasil Novo-PA.**

As ações estão organizadas em **três eixos** principais, a saber:

- 1. Conscientização da importância da diminuição do aquecimento:** define e elenca as ações prioritárias para consciência da população no município;
- 2. Fomento às Atividades Sustentáveis:** define e elenca o conjunto de ações que devem incentivar a adoção de novos modelos econômicos, contribuindo assim para a mudança de paradigma do desenvolvimento e, portanto, prevenindo o aquecimento;
- 3. Monitoramento e controle:** define e elenca as ações fundamentais para melhoria da eficiência do controle do aquecimento no município.

## **6. METAS/ATIVIDADES POR EIXO ESTRATÉGICO**

### **6.1. Conscientização da importância da diminuição do aquecimento**

**Atividade 1** – Formalizar Termos de Cooperação Técnica com órgãos e sociedade civil organizada.

**Atividade 2** – Implementar campanhas, a nível municipal, para conscientizar sobre a importância da diminuição do aquecimento.

**Atividade 3** - Disponibilização das informações para os agentes locais.

**Atividade 4** – Fazer estudos mostrando indicadores das causas e efeitos do aquecimento.

## **6.2. Fomento às atividades sustentáveis**

**Atividade 1** – Oficinas que informem e incentivem o desenvolvimento econômico de maneira sustentável.

**Atividade 2** - Identificação das Propriedades e Áreas do município mais afetadas pela degradação ambiental.

**Atividade 3** – Realizar intercâmbio de economias sustentáveis consolidadas com empresários e produtores rurais para trocas de experiências.

**Atividade 4** – Criar e implementar ações de comunicação aos produtores dos modelos técnicos e econômicos para a recuperação das áreas de reserva legal com plantio de espécies nativas e/ou exóticas.

**Atividade 5** – Recuperar e/ou reflorestar de forma massiva as áreas degradadas do município, possibilitando o desenvolvimento econômico sustentável da região.

**Atividade 6** – Fomentar a construção de indicadores técnicos para subsidiar a elaboração de projetos de fomento a atividades produtivas sustentáveis.

**Atividade 7** – Elaborar e divulgar procedimentos técnicos para elaboração e avaliação de planos de manejo e projetos para fins de licenciamento ambiental.

**Atividade 8** – Disseminar experiências já consolidadas de propriedades sustentavelmente ativas.

**Atividade 9** – Fortalecer os arranjos produtivos já consolidados na região, com inserção de novas tecnologias para o melhor aproveitamento de área.

## **6.3. Monitoramento e Controle**

**Atividade 1** – Capacitação de agentes locais para o monitoramento através de parceiras com instituições especialistas em tecnologia de geoprocessamento.

**Atividade 2** - Aprimorar e disponibilizar aos usuários, em linguagem acessível, normas e procedimentos de licenciamento adequados às diferentes categorias de manejo florestal (industrial, comunitário, familiar, madeireiro e não-madeireiro).

**Atividade 3** – Criar mecanismos de transparência para as informações resultantes das atividades de fiscalização e atos posteriores.

**Atividade 4** – Estabelecer um sistema de integração e gestão de informações entre os órgãos responsáveis pelas atividades de controle.

**Atividade 5** – Realizar um plano de comunicação no âmbito da educação ambiental, visando à conscientização dos produtores às atividades desenvolvidas pelo PMMC-BN/PA.

**Atividade 6** – Instalação do PREVFOGO no município, capacitação da população urbana e especialmente rural, para brigadista, e cursos específicos de como fazer um aceiro corretamente e etc.

**Atividade 7** – Realizar campanhas de prevenção contra incêndios clandestinos, urbanos e rurais, no decorrer do ano.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Lei 12.187 de 29 de Dezembro de 2009. **Lei que Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNUMC e dá outras providências.**

Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará. Perfil da gestão ambiental dos municípios paraenses: programa municípios verdes, Belém-PA: IDESP, 2011. 45 p. (**Relatório Técnico**).

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade.** Belém, PA: Imazon, 2011.

GUMIMARÃES, J.; VERISSIMO, A.; AMARAL, P.; DEMACHKI, A. **Municípios verdes: caminhos para a sustentabilidade.** Belém: AMAZON, 2011, 154p.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Transparência florestal: Amazônia Legal.** Imazon, janeiro de 2012.